

ATA DA LC REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

LOCAL: Clube Recreativo Chapecoense
Rua Marechal Borman, 163 – E – Centro – Chapecó/SC

DATA: 29/07/03

HORÁRIO: 14:00 horas

PRESENTES

Secretaria de Estado da Saúde:

Fernando Coruja Agustini, Carmem Emília Bonfá Zanotto, Maria Teresa Locks, Rosina Moritz Silveira, Luis Antônio Silva, Arion Bet Godoi.

Conselho de Secretários Municipais de Saúde:

Marlene Madalena Possan Foschiera (Chapecó), Orasil Coelho Pina (Criciúma), Marcos Kaestner (Timbó), Luis Carlos Pereira (Guaramirim), Tadeu Geronasso (Mafra), Antônio Carlos Koeche (Lages), Silvano de Pariz (Quilombo), Orlando Fávero (Luzerna), Arnaldo Lovatel (Xanxerê), Jandira Miriam Rogério (Palmitos), Hélio Livino da Silva (Rio do Sul), Renato Afonso da Rocha (Bombinhas).

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A LC Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 14h 15 min, sob a coordenação de Marlene Madalena Possan Foschiera, com a presença dos membros acima descritos. A Coordenadora Marlene deu boas vindas aos presentes, abrindo a reunião.

DOCUMENTOS RECEBIDOS

- Justificativa de ausência de Gladys Lenúsia Kesting de Siderópolis;
- Ofício 3155/2003, da Diretoria de Vigilância Epidemiológica, informando que o município de Alfredo Wagner está apto a aderir ao Programa Bolsa Alimentação;
- Comunicação Interna nº 021/03 da Diretoria de Regulação e Auditoria do Sistema de Saúde, justificando a ausência de Selma Loch;
- Ofício 09/03, da Secretaria Municipal de Saltinho, solicitando remanejamento do teto financeiro de psiquiatria de São Loureço do Oeste para Quilombo;
- Ofício 074/03, da Secretaria Municipal de Quilombo, solicitando remanejamento do teto financeiro de psiquiatria de São Loureço do Oeste para Quilombo;
- Ofício 012/03, da Clínica APAR-VIDA, solicitando autorização do pagamento de 296 sessões de diálise.

APROVAÇÃO DA ATA

Aprovada a Ata de 03/07/03, com as ressalvas incorporadas na mesma.

TEMAS PARA DELIBERAÇÃO

a) Habilitação de Municípios à Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada

O Secretário Tadeu Geronasso (Mafra) fez a leitura do parecer do COSEMS a respeito da aprovação das habilitações dos municípios, dizendo ser favorável. No entanto, solicitou à SES que fosse uniformizada conduta quanto ao aparelho de eletrocardiograma, possibilitando aos municípios que não têm, a oferta do exame através de compra do procedimento. Disse que o COSEMS entende que a regra é ofertar o exame, sem necessidade de o município possuir o aparelho.

A Gerente de Acompanhamento e Avaliação do SUS, Sônia Linsmeyer, explicou que o município deve ter o aparelho ou ofertar o serviço pelo SUS, pois, segundo ela, quando o município é habilitado no PABA, ele tem que apresentar a produção do serviço. Disse que os serviços contratados por consórcios não podem ser lançados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

A Secretária-Adjunta, Carmem Zanotto, esclareceu que a SES apresentou a questão dos consórcios para a Câmara Técnica discutir. Disse que a dúvida é, se deve dar abertura para credenciamento de consórcio como unidade prestadora de serviços, ou fazer uma recomendação para as próximas habilitações.

A Coordenadora CIB/COSEMS, Marlene Foschiera, disse que é preciso garantir a gratuidade

do serviço, e que conforme a Secretária-Adjunta mencionou, existe um impedimento burocrático. Salientou que alguns técnicos da SES estão habilitando municípios sem ter o equipamento, e que a orientação não está sendo uniforme.

Ficou deliberado uma recomendação para que os técnicos da SES tenham uniformidade nos credenciamentos, sendo aprovadas as habilitações em Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada dos seguintes municípios: Águas Mornas, Alfredo Wagner, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Garopaba, Leoberto Leal, Marjor Gercino, Palhoça, Nova Trento, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio e São João Batista.

b) Critérios para Definição de Projetos/Emendas Parlamentares

O Secretário Orasil Coelho Pina (Criciúma), em nome do COSEMS, fez a leitura do parecer dizendo que sugerem que todas sejam aprovadas ad referendum, e que se forme uma Comissão, com um representante dos municípios, para avaliar os projetos a partir de alguns critérios, entre os quais destacam: necessidade estadual, regional ou municipal dos serviços para implementação do SUS, cumprimento da EC 29/2000, quando para aquisição de equipamentos a entidades filantrópicas/conveniadas, que se destine para uso do SUS.

Segundo ele, as emendas deveriam ser priorizadas ao setor público.

A Secretária-Adjunta disse que a Secretaria não tem autonomia com relação à destinação dos recursos das Emendas Parlamentares. Salientou que para este ano há um recurso de 19 milhões de reais das bancadas de Santa Catarina para o setor saúde das E.P.. Informou que saiu um novo manual para convênios/2003, no site da FUNASA, e que paralelo a isso, existe um cronograma de capacitação para os que foram contemplados pelas E.Ps.. Disse que a orientação nacional para a liberação da E.P. é que sejam observadas as questões do PDR e PDI.

A Coordenadora CIB/COSEMS disse que a intenção do assunto em pauta é para que fosse garantido que as E.P. passassem pelo crivo da SES, e que a CIB tenha os critérios mínimos para que possa assinar.

A Secretária-Adjunta informou que a Portaria 225, de 14/05/03, estabelece os critérios e procedimentos básicos para a aplicação dos recursos financeiros da FUNASA com relação ao saneamento básico. Salientou que além do manual que está no site, estão os municípios elegíveis para convênios referentes à saneamento básico.

Ficou deliberado que seriam aperfeiçoados os critérios sugeridos pelo COSEMS, e mais os que a SES apresentasse, e que fosse formada uma Comissão com um representante dos municípios para avaliar os projetos a serem aprovados ad referendum.

c) Regimento Interno CIB

O Secretário Antônio Carlos Koeche (Lages), fez a leitura do parecer do COSEMS dizendo que concordam com as alterações propostas, ressaltando-se: no artigo 9º substituir

“assessoramento à Comissão”, por “assessoramento à CIB”; incluir parágrafo terceiro ao artigo 10º, com o seguinte teor: “as despesas com transporte e hospedagem (diárias) dos representantes da CIB/COSEMS e dos representantes do COSEMS nas Câmaras Técnicas serão custeadas pela SES; no artigo 12º, suprimir expressão “previamente credenciados”.

A Coordenadora CIB/COSEMS sugeriu que, com relação ao artigo 10º, não fosse limitado o máximo de 4 membros de cada esfera para compor a Câmara Técnica, de modo a ter representação regional, e sim a 8 membros.

O Coordenador CIB/SES, Carlos Fernando Coruja Agustini, disse que com relação à sugestão do COSEMS, quanto à cobertura das despesas com transporte e hospedagem, envolveriam questões legais que não poderiam ser discutidas na mesa, assim como a questão do financiamento do recurso faz-se necessária a análise e discussão por parte da SES.

Ficou acordado que a questão da cobertura das despesas fosse retirado da pauta temporariamente, tendo sido aprovado o Regimento Interno da CIB, conforme anexo.

d) Pacto PPI/Epidemiologia e Controle de Doenças

O Diretor da Vigilância Epidemiológica, Luis Antônio Silva, fez a apresentação dizendo que a proposta é para que haja uma repactuação da PPI/ECD para que caminhe numa mesma direção e total integração. Disse que foi elaborada uma análise técnica da PPI/ECD/2000, com o objetivo de proceder a análise epidemiológica e avaliar as atividades realizadas em cada nível de atuação. Salientou que os indicadores dos municípios devem ser discutidos em cada Regional de Saúde, conforme a proposta do cronograma de pactuação. Disse que a proposta dos indicadores apresentada pelo Ministério estava desfocada da realidade de Santa Catarina,

e que a proposta é trabalhar com 68 ações, conforme planilha apresentada para o Ministério. A Coordenadora CIB/COSEMS perguntou se havia prazo para a aprovação, e se os parâmetros teriam que ser pactuados. Disse que deveriam ser feitas as avaliações regionais para saber as realidades.

O Diretor Luis Antônio afirmou que os parâmetros/ações/indicadores propostos estão mais condizentes com a realidade de Santa Catarina, e que as especialidades regionais ainda devem ser feitas. Disse que a idéia é que saia uma proposta mínima para se discutir e detalhar regionalmente, e que ao mesmo tempo possa ser avaliada a questão dos municípios.

Acrescentou que não existe informação fidedigna nas regionais; e quanto ao prazo, disse que não há, porém está bastante atrasado, e que a PPI/ECD/2001/2002 não foi pactuada.

O Secretário Hélio Livino (Rio do Sul) sugeriu que fosse feito o planejamento para 2004.

A Coordenadora CIB/COSEMS sugeriu que o assunto fosse trazido em setembro com as adequações do cronograma para pactuar 2003 e 2004, bem como que o Estado apresente a avaliação das ações que foram pactuadas, tendo sido consensado.

A Secretária-Adjunta sugeriu inversão da pauta do item UTIs, pois havia necessidade de deliberação, assim como acrescentar as questões da revisão de uma deliberação da CIB e a Geração de Alto Risco.

e) UTIs/ Revisão de Deliberação/ Geração de Alto Risco

A Secretária-Adjunta disse que Santa Catarina foi contemplada pelo Ministério da Saúde com abertura de 44 leitos novos de UTIs. Apresentou uma planilha demonstrativa dos leitos de UTIs, dizendo que estava formatada dentro dos critérios de distribuição de quem tinha menos, para quem tem mais leitos, conforme anexo. Salientou que a planilha foi nomeada pelos municípios quando da solicitação do encaminhamento das necessidades de novos leitos de UTIs. Solicitou aprovação da planilha, bem como regularização por parte dos municípios, dos processos pendentes de leitos de UTIs para credenciamento junto ao Ministério. Com relação à Geração de Alto Risco, disse que há uma pendência no Ministério da Saúde da situação dos credenciamentos de Criciúma (Hospital Santa Catarina) por falta de documentação, e de Lages (Hospital Geral e Maternidade Teresa Ramos) por ter a documentação chegado em dezembro/2002. Disse que o Ministério só aceita discutir a situação de Lages por já existir um processo em andamento, e que foi solicitado trazer à mesa da CIB para que respaldasse o pleito, uma vez que não implica em recurso financeiro novo, e por estar contemplado na Portaria/1998 do Ministério da Saúde. Acrescentou que paralelo a isso, será discutida a situação de Criciúma. Lembrou que conforme deliberado pela CIB/2002, e referendado na segunda reunião/2003, não seriam mais trazidos para a mesa da CIB pedidos da alta complexidade se não houvesse recurso novo. Sugeriu que fosse retirada a referida deliberação, para que a SES possa receber os pleitos e dar andamento, independente do teto financeiro, para gerar demanda com o Ministério da Saúde.

A Diretora Maria Teresa sugeriu que as prioridades fossem aprovadas pela CIB, para posterior transformação do pedido em processo para encaminhamento ao Ministério da Saúde.

O Secretário Hélio perguntou se aprovados os 44 leitos, aqueles que não foram feitos processos, se seguiriam posteriormente, ou, qual seria o critério utilizado.

A Diretora Maria Teresa respondeu dizendo que o estudo da planilha foi feito baseado na disponibilidade dos leitos de UTIs, e que os critérios serão obedecidos de acordo com as prioridades. Disse que a partir da aprovação, seria estipulado um prazo de 15 dias, obedecendo à ordem da planilha, para que fosse regularizada a documentação e feitas as vistorias, e que o não cumprimento do prazo por não completar a documentação, ou não ter a capacidade instalada, entrariam os outros pela ordem. Acrescentou que a expectativa do Estado e mesmo do Ministério, é que ao final do período, sejam contempladas todas as solicitações, porque estarão sendo abertos 200 leitos novos de UTI, bem como cadastramento para as mudanças do tipo I para tipo II.

O Secretário Marcos solicitou que a SES olhasse pelo Médio Vale do Itajaí, apelando que fosse bem encaminhado.

O Coordenador da CIB/SES disse que há um estudo sobre as prioridades, e que é a mesa da CIB que decide.

A Diretora Maria Teresa esclareceu que o cálculo das UTIs é feito pelo número de leitos, e não pela população. Quanto à planilha, disse que o assunto esteve na CIB, que foi solicitado aos municípios para encaminharem seus pedidos num prazo de 30 dias, e que os municípios que ainda não o fizeram, devem proceder suas solicitações.

A Coordenadora CIB/COSEMS colocou que fossem credenciados os 44 leitos já discutidos, e

que levantadas as necessidades e a capacidade instalada do Estado, houvesse preocupação com as regiões que não têm estrutura, tendo sido consensado.

O Secretário Orasil registrou que a Secretaria de Estado, assim como a Secretaria municipal como gestora, agilizasse o processo de encontrar um local preferencialmente em Criciúma, para suprir a carência existente.

O Coordenador CIB/SES disse que há necessidade da revogação da decisão da CIB, sugerindo para a próxima reunião que fosse trazido a seleção de pedidos da alta complexidade à mesa, para que sejam dados os encaminhamentos, tendo sido consensado.

A Coordenadora CIB/COSEMS solicitou um ponto de pauta para deliberação, sobre a revisão da PPI, visto ter o COSEMS estipulado prazo a ser cumprido.

A técnica de Chapecó, Dirce manifestou-se em nome do COSEMS, solicitando que a SES encaminhasse aos municípios até dia 08/08/03, as planilhas de pactuação realizada (anexa), para a devida revisão, e que as mesmas fossem devolvidas com as alterações e pactuadas, até 25/08/03. Quanto ao documento “Termo de Compromisso para a Garantia de Acesso” (anexo), solicitou que fosse suprimida a redação: “conforme a PPI realizada no âmbito estadual e aprovada pela CIB em 29 de julho de 2003”, visto não ter sido aprovada nesta data. Salientou que não foram pactuadas as regiões de São Miguel D'Oeste e da Grande Florianópolis, solicitando uma posição da SES a respeito.

A Coordenadora CIB/COSEMS disse que Santa Catarina não poderá aprovar uma PPI, se não estiverem todos os municípios contemplados. Solicitou atenção especial da SES, no sentido de criar critérios para habilitar em Gestão Plena os municípios de São José e Florianópolis, investindo de forma diferenciada por terem características diferentes, assim como discutir formas de beneficiar o extremo-oeste, pois são desprovidos de serviços.

A questão da revisão da PPI foi consensada com os prazos sugeridos, assim como as alterações de supressão da redação do Termo de Compromisso para Garantia de Acesso.

TEMAS PARA DISCUSSÃO

a) Relatório Cardiologia

A Diretora Maria Teresa apresentou a proposta da Câmara Técnica de Cardiologia, dizendo que os relatórios concluídos sofrerão algumas adequações em função das pendências que o Ministério verificou nos cadastramentos dos serviços tipo I para tipo II.

A Coordenadora CIB/COSEMS sugeriu que fosse acordado com o que foi deliberado pela Câmara Técnica.

O Secretário Orasil disse que no seu entender, conforme reuniões realizadas, seria normalizado o serviço de cardiologia de Criciúma, e que o custeio até 150 mil reais, ficaria sob a responsabilidade do município, e o excedente a SES assumiria até uma nova definição. Quanto à dívida com o Hospital, segundo ele, é fruto de uma avaliação que não foi feita pelo município.

O Coordenador CIB/SES respondendo aos questionamentos a respeito da situação específica de Criciúma, disse que o problema ainda não estava resolvido, e que a SES pactuou um prazo de 60 dias para sanar de imediato uma crise das emergências e filas de espera. Respondendo ao Secretário Hélio a respeito das auditorias, disse que os relatórios foram entregues à Diretoria do COSEMS, e que estavam à disposição dos Secretários que tivessem interesse em analisar. Quanto à proposta da Câmara Técnica para a Cardiologia, disse que para torná-la efetiva é preciso criar protocolos, e discutir com SES e COSEMS, de forma a qualificar os serviços. Salientou que a proposta da cardiologia pode ser a primeira alternativa para a mudança do sistema. Esclareceu que haverá um teto único, que será fatiado entre os municípios, terá qualificação dos serviços sendo cumpridos os protocolos, e que não é recurso novo.

O Secretário Hélio disse que a proposta da cardiologia deveria ser igual para os outros serviços, pois segundo ele, corre-se o risco de desordenar o sistema.

O Coordenador CIB/SES disse que o gestor municipal é quem encaminhará o serviço.

Salientou que os protocolos deverão ser cumpridos de forma a oferecer excelência em todos os serviços, e que os que não cumprirem deverão ser descredenciados.

O responsável pela Coordenação Médica de Xanxerê, Flávio Filap perguntou se diante da proposta da Câmara Técnica, os serviços de cardiologia de Xanxerê não poderão ser credenciados, pois no seu entender, até a adaptação aos protocolos, não será possível o credenciamento neste ano.

O Coordenador CIB/SES disse que as coisas estão se encaminhando para a solução, e que credenciamentos feitos de forma atropelada como os casos de Criciúma e Rio do Sul, não

poderão mais acontecer.

A Secretária-Adjunta esclareceu ao Secretário Orasil que a Câmara Técnica está trabalhando na questão do problema de Criciúma. Acrescentou que a SES está encaminhando os leitos de UTI do Hospital de Xanxerê, para poder dar continuidade ao credenciamento dos serviços de cardiologia do município, e que a documentação já está na SES.

O técnico de Xanxerê disse que não defendia os prestadores de serviços, e que segundo ele, quando for implementado os serviços de cardiologia em Xanxerê, terão que enfrentar problemas com os prestadores.

A Coordenadora CIB/COSEMS disse que defendia o credenciamento dos serviços em Xanxerê, mas que deveria ser feito em novos moldes, e que esta questão não poderia mais ser discutida na mesa.

O Coordenador CIB/SES disse que o serviço público deve ser defendido, e que deverá haver compreensão por parte de Xanxerê. Acrescentou que não está sendo dado prazo para o credenciamento, mas sim que, se houver condições técnicas dentro da nova proposta, o serviço será credenciado.

b) Portaria 654 – Consultas Especializadas

O Secretário Marcos fez a leitura do parecer do COSEMS dizendo que solicitam repactuação dos tetos financeiros dos municípios em Gestão Plena da Atenção Básica, Ampliada ou não, com data retroativa a maio/2003, conforme prevê a Portaria.

O Coordenador CIB/SES disse que, ao recompor o teto financeiro do Estado, está sendo levado em consideração as consultas prestadas pelos municípios, e que é o Estado que paga. Propôs que fosse feito um estudo da série histórica das consultas de 2000, para verificar quanto do recurso que vem para o Estado, corresponde aos municípios de Atenção Básica. Ficou acordado estudo proposto para apresentação em outra reunião.

b) Situação TRS

A Coordenadora CIB/COSEMS disse que, em virtude da não alteração dos tetos financeiros da questão da TRS, há uma preocupação no sentido de criar um problema financeiro para Santa Catarina. Solicitou à SES interceder junto ao Ministério da Saúde para a publicação da Portaria de repactuação.

O Gerente de Programação e Orçamentação da SES, Arion Godoi, disse que foi encaminhado um ofício ao Ministério da Saúde em 31/03/03, solicitando as alterações de teto da TRS conforme a pactuação feita em março pela CIB/SC. Salientou que fizeram contato com o Ministério, e que responderam dizendo não ter nenhuma perspectiva a curto prazo para uma definição de teto da TRS. Disse que o Ministério através da Portaria 82 de 17/04/03, criou uma Comissão de estudos que altera para Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal. Acrescentou que através do site do Ministério www.sisreg.com/grupo, existe um primeiro diagnóstico dessa Comissão.

A Coordenadora CIB/COSEMS disse que em março, Santa Catarina tinha uma deficiência de 3% em todos os serviços, e que se não houve aumento de teto, houve redução de produção. Sugeriu que fosse feita verificação de onde está sobrando recurso financeiro para readequar. Ficou acordado que seria acompanhado os estudos da Comissão, para numa outra reunião ter um posicionamento a respeito.

INFORMES

a) Relatório Auditorias

A Diretora Maria Teresa informou que os relatórios não seriam apresentados, visto não ter concluído o mês.

b) Atendimentos Pré-Transplantes

A Diretora Maria Teresa informou que foi feita consulta ao Ministério a respeito do financiamento para o serviço de transplante de fígado, e que foram informados que, mesmo não estando clara, a Portaria inclui todos os procedimentos pré, trans e pós-transplante de fígado, desde que o gestor municipal faça o orçamento naquela unidade.

A Coordenadora CIB/COSEMS disse que as Portarias do Ministério deveriam ser mais claras, sugerindo que fosse feito um estudo técnico da mesma.

A Secretária-Adjunta solicitou ao Diretor Luis Antônio que buscasse maiores esclarecimentos da Portaria junto ao Ministério para informar na próxima reunião.

c) Sispacto

A Gerente Sônia informou que o pacto de Atenção Básica 2003 foi cumprido na íntegra, a pactuação e avaliação dos 293 municípios do Estado. Disse que a partir de agora o Relatório é assinado pelo Secretário, e que não passará mais pela CIB.

d) Habilitação Tripartite

A Gerente Sônia informou que foram aprovados os processos de habilitação de 24 municípios, competência/Julho, sendo: Agrolândia, Apiúna, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte Corupá, Descanso, Doutor Pedrinho, Gravatal, Guaraciaba, Guabiruba, Herval D'Oeste, Iporã do Oeste, Irienópolis, Lontras, Mirim Doce, Ponte Alta do Norte, Presidente Nereu, Riqueza, São Lourenço do Oeste, Schroeder, Tunápolis, Trombudo Central e Xaxim. Informou ainda que foram encaminhados para apreciação da CIT, 13 municípios sendo: Água Doce, Alfredo Wagner, Botuverá, Campos Novos, Dona Emma, Garuva, Itajaí, Nova Veneza, Ouro, Rodeio, São Francisco do Sul, Treze de Maio e Xanxerê.

ASSUNTOS GERAIS

Foi aprovado o município de Alfredo Wagner no Programa Bolsa Alimentação. Nada mais havendo a tratar, eu, Lúcia Helena de Souza, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Coordenadores.

Florianópolis, 29 de julho de 2003.